

17 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Presidente articula aproximação com Cármen Lúcia

Temer se reúne com o ex-ministro Carlos Ayres Britto, que foi colega dela no Supremo Tribunal Federal

Governo se incomodou com o que entendeu como interferência dela ao impedir bloqueio de recursos para o Rio

GUSTAVO URIBE
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer iniciou nova ofensiva para superar o desgaste com a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia. O objetivo é melhorar a interlocução do governo com a ministra e evitar embates como o ocorrido durante a renegociação da dívida do Rio.

Na semana passada, Temer conversou sobre o assunto com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo, e almoçou no domingo (15), no Palácio do Jaburu, com o ex-ministro Carlos Ayres Britto, amigo e contemporâneo da ministra no plenário do STF.

Segundo a *Folha* apurou, o presidente manifestou nas conversas a intenção de se aproximar da ministra, mas defendeu que sejam respeitados os limites de atuação dos Poderes para que não ocorram mais atropelo ou interferência.

No início do mês, Cármen Lúcia concedeu liminares impedindo o bloqueio de recursos das contas do governo do

Rio em razão de dívidas com o governo federal. A decisão, porém, irritou o ministro Henrique Meirelles (Fazenda), que viu no gesto um risco à sua política de ajuste.

A decisão da ministra foi vista pela cúpula do Planalto como interferência sobre uma questão de competência do Executivo e causou desconforto entre integrantes do governo, que avaliam que a ministra tem adotado uma atitude de gestora.

Para arrefecer os ânimos, Temer se reuniu com Cármen Lúcia no dia 7 de janeiro, na casa da ministra, e, de maneira muito discreta, sinalizou a necessidade de manter, nas palavras de assessores, "cada macaco no seu galho".

FRITURA

O encontro do presidente com Britto, no domingo, despertou especulações em torno de uma possível troca no comando do Ministério da Justiça, diante do agravamento da crise prisional e do desgaste da imagem do atual ministro, Alexandre de Moraes.

O ex-ministro do STF chegou a ser cotado para o comando da pasta quando Temer assumiu o Planalto, em maio do ano passado, mas recusou o convite à época.

Para evitar a fritura de Moraes, Temer afirmou a assessores nesta segunda-feira (16) que não pretende trocá-lo diante de um quadro tão delicado no país. Nas palavras de um auxiliar presidencial, não há um motivo claro ou concreto neste momento para afastá-lo do cargo.

Outro assessor de Temer afirmou que o problema não é o titular da pasta, mas sim todo o sistema que ele comanda, que faliu.

A avaliação da equipe do presidente é que trocar o ministro às vésperas da homologação de delações de executivos da Odebrecht pelo STF traria ainda o desgaste de passar a mensagem de que o Planalto quer interferir na Operação Lava Jato.

No encontro no Jaburu, Temer e Britto também discutiram a gravidade da crise penitenciária e alternativas para enfrentar o problema.

A avaliação é de que a crise não é apenas carcerária, mas também política e que um sistema de inteligência integrado deve ser aprimorado para acabar com as facções criminosas que têm afrontado o governo há anos.

17 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Papo reto Quem conversou com o ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto relata uma visão crítica dele à condução do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, da crise penitenciária, a seu ver “reducionista”. Britto se reuniu com Temer no domingo (15).

Holístico O ex-ministro costuma reiterar sua confiança em uma abordagem mais “abrangente” do problema. Hoje, tem dito, cada segmento público joga no colo do outro a responsabilidade.

PAINEL DO LEITOR

Presídios

Em reportagem publicada nesta segunda (16), Temer chama o ex-ministro Ayres Britto para conversar sobre a crise nos presídios. É muita conversa e pouca ação. Enquanto a corrupção não for combatida, enquanto o Judiciário não funcionar a contento, não construir cadeias humanizadas, com o mínimo de estrutura para recuperação, não se resolverá a questão (“Temer recebeu ex-ministro Ayres Britto para reunião fora da agenda”, <http://folha.com/no1850176>).

OTAVIO DE QUEIROZ (São Paulo, SP)

17 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

"Cria cuervos..."

HÉLIO SCHWARTSMAN

É preciso prender menos e legalizar o uso de drogas

As rebeliões são o resultado de décadas de descaso com a política penitenciária. Precisamos encarcerar muito menos gente, legalizar o que não precisa ser crime, como o uso de drogas, e substituir as penas de prisão por pecuniárias.

SÃO PAULO. As rebeliões em presídios, com cenas de cefalectomia e cardiectomia, surpreendem pela carga de violência, mas não por terem ocorrido. Elas são o resultado lógico de décadas de descaso para com a política penitenciária.

"Descaso" talvez não seja a melhor palavra. Se o sistema tivesse sido desenhado com o propósito explícito de criar poderosas organizações criminosas rivais fadadas a se enfrentar, dificilmente os projetistas poderiam ter sido mais eficientes do que foram nossas autoridades.

O primeiro passo é construir as cadeias, preferencialmente pouco funcionais e bem desconfortáveis. O segundo é ir trancafiando nelas legiões crescentes de pessoas, sem observar lotações máximas e sem nenhum critério de separação dos presidiários por periculosidade ou mesmo por condenação — cerca de 40% dos presos no Brasil são provisórios.

Encontramos aqui um mecanismo de "feedback" positivo. Quanto mais gente é presa, mais insuportáveis se

tornam as condições na cadeia. A certa altura, o melhor meio de um recém-ingresso sobreviver no sistema é jurar obediência às organizações criminosas que, no vácuo da inação estatal, conseguem impor alguma ordem ao caos. Isso significa que, quanto mais prendemos (e quanto piores forem as cadeias), mais fortalecemos PCCs, CVs, FDNs etc.

Como as prisões (e mesmo o crime nas ruas) ficam mais fáceis de administrar quando há poucos bandidos fazendo as vezes de soberano hobbesiano, os sindicatos de delinquentes foram tolerados pelo Estado e se expandiram até que o confronto entre organizações rivais ficou inevitável.

Desarmar essa bomba vai ser trabalhoso e passa, a meu ver, pelo resgate da noção de direito penal mínimo. Precisamos encarcerar muito menos gente, legalizando o que não precisa ser crime, como o uso de drogas, e substituindo as penas de prisão por pecuniárias e de restrição de direitos. Sem isso, não vai dar certo.



17 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Estados cobram mais ajuda federal contra crise nos presídios

Após massacres, AM e RR pedem que Força Nacional possa atuar dentro das prisões; RN quer reforço das tropas

**Ministro do governo
Temer diz que analisa
pedidos, mas já se opôs
à entrada desses agentes
em unidades estaduais**

DE MANAUS
DE SÃO PAULO
DE CURITIBA

Em meio ao agravamento da crise nos presídios brasileiros, com 134 mortes de detentos em 15 dias, os três Estados que enfrentaram massacres neste ano reforçaram a cobrança de ações do governo federal para controlar a situação — resultado da disputa entre facções criminosas.

O governo do Amazonas, palco da maior matança de 2016, com 67 vítimas, enviou ofício ao governo Temer pedindo que os agentes da Força Nacional atuem dentro das prisões, e não só fora delas.

O mesmo pleito já havia sido feito pelo governo de Roraima, que fez nova solicitação na última semana, após a morte de 33 detentos.

A falta de controle de agentes estaduais foi evidenciada no Rio Grande do Norte, com a morte de pelo menos 26 presos após rebelião iniciada no sábado (14) e que, nesta segunda (16), foi retomada pelos detentos — que subiram no telhado e expuseram a mensagem de guerra das facções.

O governo estadual decidiu pedir a ampliação do efetivo de tropas federais, que já estão por lá desde 2016.

O Ministério da Justiça, comandado por Alexandre de Moraes, afirma que as solicitações dos Estados estão sob análise. Mas a pasta já havia refutado a participação de agentes da Força Nacional na área interna dos presídios.

“A Força Nacional pode fazer barreiras, recuperação de presos, perímetro das penitenciárias e a custódia de deslocamento de presos. Mais do que isso, não pode. Não é que eu não queria, é que não pode”, afirmou Moraes à **Folha** na semana passada.

O governador do Amazonas, José Melo (Pros), fez a cobrança ao ministro na última sexta (13), após ter recebido 99 homens da tropa federal.

Disse que as atribuições dadas aos agentes de atuar apenas fora das prisões “pouco desonera” a atividade da PM e que isso “não gera o impacto necessário ao restabelecimento da ordem e disciplina do sistema prisional”.

Melo pede que a Força Nacional tenha aval para policiamento nas muralhas dos presídios, segurança dos agentes penitenciários e pronta resposta em caso de rebelião.

O objetivo do Amazonas é liberar policiais estaduais para recapturar presos: dos 215 que fugiram no Ano-Novo, 134 continuam soltos.

Em Roraima, a solicitação ao governo federal inclui ainda as revistas das instalações e policiamento das guaritas — os cem militares da Força Nacional atuam apenas fora dos muros dos presídios.

O governador do RN, Robinson Faria (PSD), deve se encontrar com Moraes e Temer nesta terça para pedir um efetivo maior da Força. O ministro vai também se reunir com secretários de Justiça e de Segurança Pública das demais unidades da Federação.

Na reunião, a gestão Temer deverá cobrar agilidade na construção de presídios estaduais que contarão com recursos da União, sugerindo um regime diferenciado de contratação ou parcerias com a iniciativa privada como contrapartida a investimento federal de R\$ 870 milhões para construir 25 presídios.

O mesmo modelo será adotado pelo Palácio do Planalto para a construção, ainda em 2017, de cinco presídios federais de segurança máxima destinados a lideranças de facções criminosas.

Além da presença da Força Nacional, alguns Estados se queixam da falta de resposta a pedidos de transferência para penitenciárias federais.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

No Paraná, por exemplo, a remoção de 42 líderes de facções criminosas, identificados numa megaoperação no final de 2015, até hoje aguarda posicionamento. Apenas quatro foram removidos. Outros sete acabaram fugindo neste fim de semana, numa ação orquestrada com criminosos do lado de fora, que explodiram o muro da penitenciária.

EFETIVO

A Força Nacional tem um efetivo de cerca de 1.265 militares. Parte atua hoje em sete Estados, em diferentes ações. Criada em 2004, ela foi criada como uma força de integração de Polícias Estaduais a ser usada em casos emergenciais e de tempo de atuação "episódico".

A Força tem inclusive um Batalhão de Pronto Resposta, treinado para agir dentro de presídios. Em 2010, o texto que regulamenta sua atuação foi alterado para que ela não ficasse restrita à função de policiamento ostensivo e tivesse uma ação mais ampla.

Especialistas ouvidos pela **Folha** avaliam que, pela lei, não há obstáculo para a ação dessas tropas dentro dos presídios. Avaliam, porém, que houve banalização do uso da Força nos últimos anos para qualquer crise estadual. Entre os que avaliam isso estão o analista criminal Guaracy Mingardi e Daniel Misse, do departamento de segurança da Universidade Federal Fluminense. (FABIANO MAISONAVE, FABRÍCIO LOBEL E ESTELITA CARAZZAI)

Colaboraram LUIZA FRANCO, GUSTAVO URIBE E MARINA DIAS

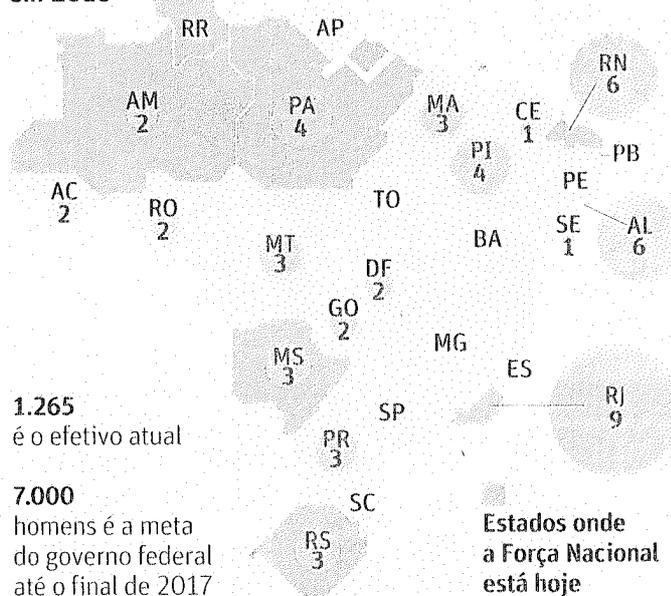
“ Ressalto que o escopo de atuação da referida portaria pouco desonera o emprego da PM e não gera o impacto necessário ao restabelecimento da ordem do sistema prisional estadual.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA
governador do Estado de Amazonas ao ministro Alexandre de Moraes

FORÇA NACIONAL

Corporação realizou 56 operações no ano passado

Operações em 2016

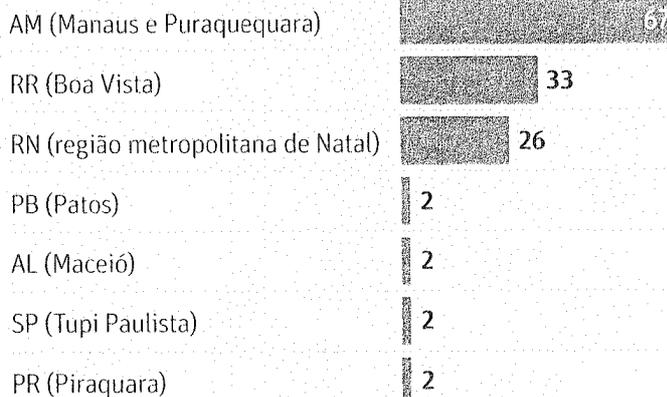


1.265 é o efetivo atual

7.000 homens é a meta do governo federal até o final de 2017

Estados onde a Força Nacional está hoje

Detentos mortos em 2017



Total: 134 (36% do número de mortes em 2016)

CONTINUA

17 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Com medo, Estados transferem presos e reforçam segurança

DE CURITIBA
DO RIO

Depois da terceira grande rebelião no sistema prisional neste ano, Estados brasileiros aumentaram a segurança e intensificaram transferências para evitar novos motins.

Em Alagoas, o governo removeu cerca de mil presos nos últimos dois dias para “prevenir conflitos e evitar mortes”, colocou o Bope (batalhão especial) dentro dos presídios e pediu a transferência de 20 líderes criminosos para penitenciárias federais.

Lá, membros do PCC e do Comando Vermelho rivalizam entre si. O governo estadual diz estar agindo para prevenir a “guerra declarada de facções que assola o país”.

O Paraná, onde houve uma fuga de presos do PCC no domingo (15), com explosão de muro e perseguição policial, suspendeu as visitas em todas as unidades do Estado e intensificou as revistas. Não há indícios de rixa entre facções, mas o governo está em alerta.

“Há uma tensão porque o clima nacional é favorável a motins, coordenados ou isolados, ainda que por motivos diferentes”, diz a advogada Priscilla Placha, da comissão de Prerrogativas da OAB-PR.

No Rio, a pasta da Administração Penitenciária transferiu cerca de 300 detentos dentro do Complexo de Bangu para evitar conflitos. Segundo o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Rio, Wilson Camilo, um racha na facção Amigos dos Amigos motivou a transferência. A Seap não comenta por motivos de segurança.

O Ceará também fez transferências para “desarticular lideranças e prevenir conflitos”. Membros do PCC e do Comando Vermelho disputam espaço nos presídios estaduais, que abrigam 21 mil detentos —em 13 mil vagas. O governo, porém, diz que não houve indícios de rebelião até aqui.

A Bahia afirma estar “em alerta”. O Estado enfrentou uma fuga de presos no fim de semana, e convive com uma briga entre duas facções locais: o Comando da Paz e o Bonde do Maluco (aliados do PCC), segundo o Sindicato dos Agentes Penitenciários.

O governo mobilizou batalhões especiais da PM para monitorar o maior complexo penitenciário do Estado, em Salvador. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, até agora, não há indicativos de rebelião. (ESTELITA HASS CARAZZAT E LUIZA FRANCO)

17 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Supremo pede que deputado se manifeste

DANIEL CARVALHO
LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármen Lúcia, concedeu dez dias para que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se manifeste a respeito de uma ação movida por André Figueiredo (PDT-CE), seu adversário na disputa para permanecer no comando da Casa.

Figueiredo questiona a possibilidade de reeleição de Maia na atual legislatura.

Ele pede que o STF conceda uma liminar para proibir que a Mesa Diretora da Câmara considere a candidatura como legítima ou então que suspenda provisoriamente a eleição, marcada para o dia 2 de fevereiro, até que o plenário da Corte decida sobre essa questão.

Cármen Lúcia está no plantão do Supremo. Cabe a ela decidir sobre as ações que chegam à Corte no período.

Ela pode encaminhar o questionamento de várias maneiras: decidir sozinha sobre o caso; pedir informações às outras partes; devolver a ação para o relator original do caso, Celso de Mello; decidir pautar a ação na sessão do dia 1º de fevereiro ou mesmo não tomar nenhuma decisão sobre o assunto.

Figueiredo argumenta que Maia foi eleito para complementar o mandato do então presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ), cassado pelos colegas e preso pela Operação Lava Jato. Para Figueiredo, o mandato tampão de Maia à frente da Presidência da Câmara se equipara a um mandato regular.

Aliados do presidente da Câmara argumentam que o mandato tampão, por não ser completo, não impediria sua candidatura à reeleição.

DESISTÊNCIA

Em mensagem de celular encaminhada aos deputados do PSD no início da tarde desta segunda (16), o deputado Rogério Rosso (PSD-DF) disse que seu partido pode ficar à vontade para avaliar outras candidaturas à presidência da Câmara. À **Folha**, no entanto, ele negou estar desistindo da disputa.

“Não estou retirando minha candidatura, mas deixando a bancada livre e à vontade para fazer a avaliação”.

Como a **Folha** mostrou semana passada, Rosso não descarta abrir mão da disputa para apoiar o candidato Jovair Arantes (PTB-GO).

17 JAN 2017

BEM PARANÁ STELLA WINNIKES

Fotos: Divulgação



Ruy Barrozo recebe homenagem do tribunal de justiça do Paraná

Após fechar o seu escritório de assessoria para assumir a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná, há dois anos, o jornalista e colunista Ruy Barrozo foi surpreendido por uma justa homenagem por indicação do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, o presidente do TJ. As homenagens aos colaboradores pelos 'relevantes serviços prestados' aconteceu durante um jantar de encerramento da gestão 2015/2016 no último dia 9.

17 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Justiça nega posse de ex-prefeito de Quatiguá

Eason Ferreira
Reportagem Local

O ex-prefeito de Quatiguá (Norte Pioneiro) Luiz Fernando Dolenz (PSDB) teve negado o seu pedido para assumir a prefeitura no lugar do primeiro colocado nas eleições do ano passado, Efraim Bueno (PMDB), cujo registro de candidatura foi indeferido. Para o juiz eleitoral da comarca, em Joaquim Távora, Marco Antônio Venâncio de Melo, em decisão publicada nessa segunda-feira (16) no Diário Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, deve ser realizado novo pleito. Efraim também recorreu para reverter a impugnação.

Bueno conquistou 2,6 mil votos e Dolenz, 1,4 mil. Entretanto, a minirreforma eleitoral, aprovada no Congresso antes das eleições municipais mudou a legislação anteriormente em vigor e restringiu a posse do segundo colocado em caso de impedimento do vencedor. Conforme destacou o magistrado, "a decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados".

O advogado de Dolenz, José Renato Castanheira Junior, insistiu que ainda vai analisar um possível recurso ao TRE. "A legislação não é bem clara sobre isso, mas a posição do Tribunal realmente tem sido por realizar novas eleições", reconheceu. Enquanto o caso de Quatiguá tramita na Justiça Eleitoral, a cidade é administrada pelo presidente da Câmara, Josué de Pádua Melo (PMDB).

INFORME

Investigação contra Serraglio

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sugeriu ao Supremo Tribunal Federal (STF) arquivar a investigação contra o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em que se apurava a suposta prática de crimes de peculato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Serraglio era investigado com mais 4 pessoas, em relação às quais Janot pediu a devolução dos autos à Comarca de Iporã (Noroeste). Os supostos crimes teriam ocorrido entre os anos de 1997 e 2004, ao tempo da gestão de Maria Aparecida Zago Udenal como prefeita de Iporã.

17 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO



Posse no Tribunal - Fábio Camargo tomou posse como novo corregedor do Tribunal de Contas do Paraná. Está na foto com sua bonita esposa, Giovana Latauro Camargo, com Fábio Aguayo, presidente do Sindicato das Empresas de Gastronomia, Bares e Similares do Paraná, e com o renomado advogado Nivaldo Migliozi, que foram prestigiar o evento da posse do amigo

17 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Ministra suspende penhora de crédito do Grupo Schahin junto à Petrobras

Fausto Macedo
e Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - A ministra Laurita Vaz, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STF), suspendeu uma penhora de crédito realizada em outubro de 2016 pela 52ª Vara do Trabalho do Rio em desfavor do Grupo Schahin e da Schahin Engenharia S.A., ambas em recuperação judicial. Laurita acolheu liminar para suspender a penhora e designar o juízo de direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo como responsável para avaliar a demanda, já que este foro é o responsável pela recuperação judicial do grupo, requerida em abril de 2015, informou o site do STJ - CC 150577.

A ministra destacou que o STJ já se manifestou outras vezes sobre o assunto - a competência ou não da Justiça do Trabalho para determinar penhora de crédito em desfavor de empresa em recuperação -, e já consolidou o entendimento de que em todos os casos o juízo competente para analisar e determinar tais medidas deve ser o mesmo que cuida da recuperação judicial da empresa.

Apesar de a controvérsia envolver créditos referentes ao navio-sonda Vitória 10.000,

objeto de investigação no âmbito da Operação Lava Jato, o conflito de competência suscitado no STJ não tem relação com a operação coordenada pela 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, sob titularidade do juiz Sérgio Moro.

A decisão da 52ª Vara do Trabalho do Rio tem relação com uma disputa trabalhista que envolve o Grupo Schahin e a Schahin Engenharia S.A. A penhora foi estabelecida no limite de R\$ 40 mil de créditos que o grupo teria direito a receber da Petrobras, pelo contrato de leasing do navio.

Já a Operação Lava Jato investiga corrupção na contratação do navio pela estatal. Um dos sócios do grupo afirmou à Justiça que a contratação do navio foi utilizada para perdoar uma dívida de R\$ 12 milhões do Partido dos Trabalhadores (PT) junto ao Banco Schahin.

LEI DE FALÊNCIA

No conflito de competência suscitado perante o STJ, a Schahin Engenharia e a holding do grupo informaram que o juízo trabalhista determinou à Petrobras que bloqueasse o valor de R\$ 40 mil, relativo ao contrato de leasing do Navio-Sonda Vitória 10.000, visando ao pagamento de um crédito trabalhista.

Ao deferir a liminar no conflito de competência, a ministra explicou que a ação da Justiça trabalhista no caso fere os artigos 6º e 47º da Lei de Falência (Lei 11.101/05).

Laurita ressaltou que as medidas constritivas de créditos ou bens devem respeitar o plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia geral de credores da empresa, o que justifica o entendimento de que tais feitos devem ser processados pelo juízo responsável pela recuperação.

17 JAN 2017

GAZETA DO POVO

PCC tem 2 mil membros ativos em presídios do Paraná, diz governo

Levantamento do Departamento de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp) revela que cinco facções atuam hoje no sistema carcerário do estado, sendo o Primeiro Comando da Capital a organização mais influente. O PCC tem 2 mil integrantes ou cerca de 90% dos membros de quadrilhas mapeadas pela Sesp nos últimos seis anos. É a primeira vez que o governo do estado fala abertamente sobre a presença do crime organizado no Paraná.

17 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Cinco facções atuam nos presídios do Paraná; PCC tem 2 mil membros ativos

Segundo o setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública, quadrilhas agem principalmente nas prisões da Grande Curitiba, Cascavel e Londrina

| *Diego Ribeiro e Raphael Marchiori*

● Cinco facções criminosas atuam no sistema carcerário paranaense, segundo levantamento do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (Diep), setor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp). Das quatro, o Primeiro Comando da Capital (PCC) é disparada a mais ativa, com 2 mil integrantes e forte atuação no Complexo Penitenciário de Piraquara, de onde 26 detentos fugiram e dois morreram em rebelião no último domingo. O PCC também tem atuação em presídios de Cascavel, na Região Oeste, e de Londrina, no Norte.

Nas ruas, afirma o secretário de Segurança Pública, Wagner Mesquita, a atuação do PCC no Paraná não é tão intensa como em São Paulo. “Aqui dificilmente há ações organizadas nas ruas. Quando há, é de gente de fora que vem ao Paraná cometer crimes”, compara.

Mesmo assim, Mesquita enfatiza que a movimentação do PCC é significativa no Oeste do Paraná, em especial na fronteira com o Paraguai, principal porta de entrada de drogas e armas no Brasil, bem como nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Segundo o secretário, assim que entra no sistema carcerário, boa parte dos presos é batizada pelo PCC. Em um primeiro momento, isso acontece por sobrevivência. Mas, quando o detento ganha liberdade, acaba se afastando da facção.

Além do PCC, outras quatro facções estão presentes no Paraná: a Máfia Paranaense, o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), o Primeiro Comando do Paraná (PCP) e a carioca Amigo dos

Amigos (ADA). Mas nenhuma tem a força do PCC. As duas facções mais atuantes após o grupo paulista somam apenas 177 membros: 140 da Máfia Paranaense e 37 do PGC, que é uma dissidência do PCC em Santa Catarina, responsável pelos incêndios a ônibus no estado vizinho em 2013. As outras, segundo o próprio secretário, têm apenas dois integrantes identificados cada uma. Mesquita explica que desde outubro, quando foi constatado o racha entre facções, lideranças foram isoladas e a atenção sobre análise do sistema foi redobrada.

Mesmo assim, o diretor jurídico do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarpen), Ricardo de Carvalho Miranda, afirma que a presença das facções nos presídios está diretamente ligada à omissão do estado em cumprir a Lei de Execução Penal, que regula o tratamento que o preso deve receber no presídio, incluindo a separação conforme o crime cometido.

“Ao deixar de garantir aos presos alguns direitos básicos estabelecidos em lei, o Estado permite que as organizações criminosas assumam seu papel ao fornecer advogados, remédios e roupas. Tudo isso acaba impactando no trabalho de ressocialização, porque o preso, ao receber esses benefícios, contrai dívidas com as facções e depois precisa pagar. Em alguns casos, até com a vida”, explica.

CONTINUA

17 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FACÇÕES CRIMINOSAS NO PARANÁ

As duas facções mais atuantes após o PCC somam apenas 177 detentos. Confira quantos membros têm cada uma delas:

PCC (Primeiro Comando da Capital)	2.000
Máfia Paranaense	140
PGC (Primeiro Grupo Catarinense)	137
PCP (Primeiro Comando do Paraná)	12
ADA (Amigo dos Amigos)	12

Fonte: Diep. Infografia: Gazeta do Povo.

DIVISÃO ESPECIAL

A união da Polícia Federal com as forças policiais do Paraná em 2010 no Projeto Satélite foi o embrião da criação da Divisão de Ações Sobre Organizações Criminosas (Dasoc). A força-tarefa, formada por policiais civis, militares e agentes penitenciários escolhidos a dedo, é a principal ação do estado contra a atividade de facções criminosas. A divisão foi formalizada por portaria em setembro do ano passado. Segundo o secretário de Segurança Wagner Mesquita, até 2010, quando o monitoramento das facções foi intensificado, nenhuma informação coletada nos presídios era analisada.

7 MORTES

Em 2010, sete detentos morreram na Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, após uma tentativa do recém-criado Primeiro Comando do Paraná anunciar sua independência do PCC. Ao avisar líderes da organização paulista, a retaliação foi imediata, com sete mortes.



Rebelião na Penitenciária Industrial de Guarapuava, em 2014: facções estão presentes no estado.

PROJETO SATÉLITE

Força-tarefa investiga operação de facções no estado há 6 anos

Historicamente, o governo do estado negava a atuação do PCC no Paraná. Mas desde 2015, a Sesp tem admitido a presença da organização criminosa no estado, porém sem mencionar números. Em 2013, o Ministério Público paulista revelou que o Paraná só perdia para São Paulo em número de membros identificados da facção: 626. Na época, as autoridades paranaenses optaram por não comentar a ação do grupo por questões de segurança. Três anos antes, porém, a Sesp começou a mapear e a identificar os membros do PCC nos presídios paranaenses. O ponto de partida foi o assassinato do agente da Polícia Federal (PF) Edson Matsunaga, que reagiu a um assalto a uma lotérica no Centro de Curitiba em 2010. Ao mesmo tempo, o Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen) criou um setor de inteligência exclusivo para acompanhar a movimentação das facções nos presídios, o que levou as autoridades federais e estaduais a se unirem para dimensionar a ação do PCC no Paraná, dentro do Projeto Satélite. A investigação da morte de Matsunaga apontou que representantes do PCC controlavam o tráfico de drogas no Centro da capital. "Havia um controle da arrecadação e repasse de dinheiro [à facção]. Prendemos os autores, mas não adiantava só fazer um trabalho contra o tráfico", alertou na época o então delegado da PF Wagner Mesquita, que coordenou a investigação e hoje é o titular da Sesp. A partir de então, PF e Depen uniram forças para monitorar a ação das organizações criminosas. A força-tarefa foi batizada de Projeto Satélite.

17 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

QUANDO? 1

A cada 100 detentos das penitenciárias estaduais do Paraná, pelo menos 10 pertencem à facção criminosa PCC. Eles somam cerca de 2 mil presidiários, que dividem o espaço com membros de quatro outras pequenas – mas não menos perigosas – organizações. O levantamento foi revelado pelo secretário da Segurança, Wagner Mesquita, com base sendo cadastrada e atualizada desde 2010.

QUANDO? 2

O diretor jurídico do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarpen), Ricardo de Carvalho Miranda, explica porque o PCC é tão forte no Paraná: "Ao deixar de garantir aos presos alguns direitos básicos estabelecidos em lei, o estado permite que as organizações criminosas assumam seu papel ao fornecer advogados, remédios e roupas". Afirmção preocupante: o PCC só vai acabar ou diminuir nos presídios do Paraná se o estado cumprir suas obrigações? Quando?

PAIXÃO



17 JAN 2019

GAZETA DO POVO

EXTORSÃO

Chik Jeitoso e Marcelo Araújo responderão a processo em liberdade

● O bruxo Chik Jeitoso e o ex-secretário municipal de Trânsito, Marcelo Araújo, vão responder ao processo de extorsão em liberdade. Os dois foram presos no dia 20 de dezembro acusados de extorquirem empresários em Curitiba com falsas denúncias nas redes sociais. A liberdade provisória foi concedida ontem. Ambos serão soltos após pagamento de fiança, cujo valor não foi revelado. Em nota, o advogado Ygor Salmen, que defende o bruxo, disse que o processo corre em segredo de justiça e que não iria se manifestar. Já Gustavo Sartor, defensor de Araújo, diz acreditar na Justiça e que vai provar a inocência do cliente. O suposto esquema envolvia a criação de falsos boletins de ocorrência e perfis em redes sociais para atacar as vítimas. Segundo o Ministério Público do Paraná, eles usavam até 200 contas no Twitter e 400 no Facebook para divulgar as falsas denúncias, que só seriam apagadas caso a vítima aceitasse pagar o valor estipulado.

17 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Presidente do STF dá prazo para Maia

Supremo deverá decidir se atual presidente da Câmara pode ser candidato à reeleição

BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

● A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), deu um prazo de dez dias para que o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), se manifeste sobre uma ação do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que deseja que o Supremo impeça a possibilidade de reeleição de Maia à presidência da Câmara. A eleição está marcada para o dia 2 de fevereiro.

De plantão no Supremo durante o recesso do Judiciário, Cármen pediu urgência no ofício encaminhado a Maia na sexta-feira passada

(13), mas não deu indicativo no despacho sobre se tomará alguma decisão no processo — que chegou ao Supremo já no recesso — ou se encaminhará as respostas ao ministro relator, Celso de Mello, para que ele decida após o recesso. No plantão, ela ainda tem a possibilidade de decidir pautar a discussão para a primeira sessão do Pleno do STF após o recesso, 1.º de fevereiro, um dia antes da eleição na Câmara.

Na peça, o deputado André Figueiredo — também pré-candidato à presidência da Câmara — afirma que a candidatura de Maia fere o artigo 57.º da Constituição Federal, que veda reeleição para presidentes do legislativo dentro do mesmo mandato parlamentar. O que cabe ao STF decidir é se, devido ao fato de a primeira eleição de Maia ter sido feita para um mandato-tampão, a reeleição estaria cumprindo a Constituição ou não. Rodri-

NO PARANÁ

Com a presença de 14 dos 30 deputados federais do Paraná, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se reuniu ontem com o governador Beto Richa (PSDB), em Curitiba. Maia tem percorrido o país em busca de apoio na briga pelo comando da Câmara. Mais cedo, Maia esteve em São Paulo com o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e outros líderes políticos de São Paulo.

go Maia e aliados têm afirmado que não há descumprimento da Constituição nem das normas internas da Câmara.

Ainda antes do recesso, o partido Solidariedade já havia feito um pedido semelhante ao de André Figueiredo, e o relator, Celso de Mello, solicitou informações à Câmara, que ainda não respondeu ao STF.

17 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Um basta ao circo de horrores

A população continua a assistir – chocada e com medo de fugas em massa – ao circo de horrores que se instalou nas prisões do País, promovido por grupos criminosos rivais. Depois de controlar o sistema penitenciário, de onde comandam ações criminosas, entre elas o tráfico de drogas, esses grupos passaram a usá-lo como campo de batalhas para acertar suas diferenças e disputas por predomínio, travadas com requintes de selvageria.

O mais recente episódio, no Rio Grande do Norte, repetiu o roteiro sinistro dos que o antecederam – o de Manaus, no dia 1.º, quando presos do grupo Família do Norte (FDN), aliado do Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, matou 60 presos do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo; e o de Boa Vista, em Roraima, cinco dias depois, quando o PCC se vingou promovendo a matança de 33 presos dos grupos rivais. Vingança que prosseguiu na rebelião, que durou 14 horas, entre a tarde de sábado e a manhã de domingo passado, na Penitenciária de Alcaçuz e no Pavilhão Rogério Coutinho Madruga, que integram o mesmo complexo, situado a 25 km de Natal.

Presos do PCC, abrigados no Pavilhão, conseguiram desligar a energia elétrica e pularam o muro da Penitenciária, onde ficam os presos do Sindicato RN, aliados da FDN e do

CV, matando 26 deles. Pelo menos, porque até segunda-feira as autoridades não conseguiam determinar o número com precisão. Todos eles decapitados e dois ainda esquartejados, alguns jogados numa fossa. Na manhã de domingo, por volta das 7h30, a Polícia conseguiu pôr um mínimo de ordem no complexo. Só um mínimo, porque, como as celas foram quase todas destruídas numa rebelião em março de 2015 e não reconstruídas até agora, 200 presos circulavam pelo pátio. Na segunda-feira, muitos deles, dos dois grupos em luta, ocuparam partes distintas do teto da penitenciária.

Uma situação que resume bem o que se passa na maioria dos outros presídios do País, dos Estados mais ricos aos mais pobres, e cria um clima justificado de medo e inquietação. Com essas condições desfavoráveis reunidas, e sem nenhum sinal – ao contrário – de que terminou a luta pelo predomínio nas prisões e o controle do tráfico de drogas entre o PCC e o CV, com seus aliados de ocasião entre os outros 25 grupos menores, é muito provável que as rebeliões e os bárbaros ajustes de contas entre bandidos continuem. E como sempre sob as barbas das autoridades e a proteção do Estado, porque dentro de prisões.

Que a população se prepare, portanto, para o pior. Voltar-se para o governo federal à espera de uma solução é um erro. Erro compreensível por parte da população, ansiosa por

ver uma luz no final do túnel – e que precisa ser esclarecida a respeito –, mas não dos governos estaduais, que ao apelar para a União querem se eximir da responsabilidade pelo desastre, que é sua. Cabe aos Estados cuidar das prisões. Mesmo que o governo federal – como já vem fazendo – aumente a ajuda aos Estados para criar mais vagas e aliviar o superlotado sistema penitenciário, isso não acontece da noite para o dia, demanda tempo.

As macabras rebeliões que se sucedem exigem medidas de emergência. É preciso retomar o controle das prisões, que não podem continuar entregues à selvageria de grupos criminosos que parecem ter perdido noções elementares de humanidade. E a essa altura só há uma maneira de fazer isso – a intervenção das polícias estaduais para estabelecer um mínimo de ordem no sistema penitenciário.

Feito isso, cabe aos Estados assumir suas obrigações para reformar o sistema. O Espírito Santo é um exemplo de que isso é possível. De 2003 até hoje – nos governos de Paulo Hartung, Renato Casagrande e novamente Hartung –, esse Estado, que tinha algumas das piores prisões do País, conseguiu modernizá-las e diminuir consideravelmente o déficit de vagas. E reduziu tanto a violência que há dois anos não se registram homicídios nos 35 presídios do Estado. Se o Espírito Santo pôde, por que os outros não podem também?

17 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

RICARDO BRITO

Cresce ideia de fazer um 'mutirão' de todos os Poderes

O presidente Michel Temer demonstrou grande preocupação com a crise do sistema carcerário na conversa que teve com o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto. Eles chegaram a um diagnóstico de que, para fazer frente às rebeliões em série que já mataram mais de 100 presos só em 2017, é preciso de um "mutirão" que envolva todos os Poderes. A ideia discutida, segundo o Estado apurou, é não se ter mais uma visão reducionista. Temer considera que Executivo e Legislativo, em nível federal e estadual, precisam agir conjuntamente. Isso se daria seguindo os parâmetros da Constituição.

Havia ainda a expectativa de que Ayres Britto fosse instado a mediar um encontro de Temer com Cármen Lúcia. No Planalto, houve quem criticasse a ação da presidente do Supremo Tribunal Federal no episódio dos massacres em presídios, considerada como uma atuação com caráter executivo.

Bem humorado no encontro, Ayres Britto fez um paralelo com as autoridades envolvidas em cargos-chave da República. Disse que Temer é o primeiro presidente do País constitucionalista desde a Constituição de 1988 e ainda há outros expoentes desse ramo de estudo do Direito na presidência do STF e no Ministério da Justiça. "Vamos fazer um mutirão em torno da Constituição", brincou. O ex-presidente do STF chegou ao Jaburu por volta das 11 horas e só deixou o palácio por volta das 16 horas. A amizade dos dois surgiu desde a época em que Ayres Britto era assistente do então professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo em 1981.

SÔNIA RACY

Outro olhar

Nem só de conversas jurídicas é feita a "agenda penitenciária" de Carmen Lúcia. No momento, a presidente do STF prepara uma lista de 40 presídios do País que receberão os pacotes de livros repassados por Mendonça Filho, do MEC.

São 20 mil exemplares, para locais que tenham bibliotecas ou espaços para criá-las.

17 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Janot sugere arquivar caso contra Serraglio

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sugeriu ao STF arquivar investigação contra o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em que se apurava a suposta prática de crimes de peculato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, entre 1997 e 2004, na gestão de Maria Aparecida Zago Udenal como prefeita de Iporã (RR).

STJ suspende penhora de crédito da Schahin

A ministra Laurita Vaz, presidente do Superior Tribunal de Justiça, suspendeu uma penhora de crédito realizada em outubro de 2016 pela Justiça do Trabalho do Rio em desfavor do Grupo Schahin e da Schahin Engenharia S.A., ambas em recuperação judicial. A empresa é alvo de investigação na Operação Lava Jato.

Segundo a ministra, o STJ já se manifestou outras vezes que a competência para determinar penhora de crédito deve ser o mesmo juízo que cuida da recuperação judicial.

17 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do STF dá prazo para deputado do DEM se manifestar

Cármen Lúcia estabelece dez dias para que Maia se defenda; Corte pode analisar ação na véspera da eleição na Câmara

Breno Pires / BRASÍLIA

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, deu um prazo de dez dias ao deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) para que ele se manifeste sobre uma ação que questiona a possibilidade de reeleição do deputado à presidência da Casa. Apesar de não haver menção no despacho, a notificação abre brecha para a ministra levar ao pleno do STF o pedido contra Maia na véspera da eleição.

A escolha para a presidência da Câmara e dos demais cargos da Mesa Diretora está marcada para 2 de fevereiro. A primeira sessão plenária do STF em 2017 será no dia 1.º. O processo é de relatoria do ministro Celso de Mello, mas está nas mãos de Cármen durante o recesso Judiciário.

Nos bastidores da Corte, é dado como possível que a ministra inclua o item na pauta do dia 1.º de fevereiro. A tendência é que ela não tome uma decisão sozinha sobre o pedido de liminar.

No pedido, feito pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE), um dos candidatos à presidência da Câmara, o argumento usado é que a candidatura de Maia fere o artigo 57 da Constituição Federal. Ele impede reeleição para presidentes do Legislativo dentro do mesmo mandato parlamentar. A alegação

de Maia, porém, é que por ter sido eleito apenas para um mandato-tampão ao substituir Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não há inconstitucionalidade em caso de reeleição.

No Supremo há também um questionamento do Solidariedade, semelhante ao de Figueiredo.

Na semana passada, Maia conversou sobre sua reeleição em almoço no Palácio do Planalto com advogados, deputados aliados e o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Entre os presentes estavam Luís Inácio Adams, ex-advogado-geral da União no governo Dilma Rousseff. Segundo relatos, Adams prometeu ao presidente da Câmara fazer um artigo defendendo a viabilidade jurídica de sua reeleição.

17 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Reni perde foro privilegiado e será julgado em Foz do Iguaçu



Com o fim do mandato, o ex-prefeito de Foz do Iguaçu Reni Pereira (PSB) perdeu o foro privilegiado e passará a ser julgado pelo juiz da 3ª Vara Criminal Federal. Ele foi preso durante a 4ª fase da Operação Pecúlio, da Polícia Federal, em julho de 2016, suspeito de chefiar um esquema de corrupção na Prefeitura.

Enquanto era prefeito, o processo de Reni Pereira corria no Tribunal Regional Federal (TRF4) em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O agora ex-prefeito chegou a ficar preso em casa por 106 dias e conseguiu uma liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogando a prisão. Ele, porém, continua proibido de se aproximar da Prefeitura. ●

17 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

STF dá dez dias para Câmara se manifestar sobre reeleição

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, deu ontem um prazo de dez dias para a Câmara dos Deputados se manifestar sobre a ação em que o deputado federal André Figueiredo (PDT) tenta barrar a candidatura à reeleição do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM).

Em virtude do recesso na Corte, o assunto só deve ser decidido pelos ministros após a eleição para o comando da Câmara, prevista para o dia 2 de fevereiro. Figueiredo alega no Supremo que Maia não pode ser eleito para um novo mandato dentro da mesma legislatura. ●



Determinação partiu da presidente Cármen Lúcia

17 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

O mesmo discurso de sempre

A série de rebeliões em penitenciárias espalhadas por todo o país desnudou, mais uma vez, a fragilidade dos sistemas de segurança pública brasileiros. Diversas autoridades “reconheceram”, quase envergonhadas, que as facções criminosas é que mandam, verdadeiramente, dentro dos presídios. E falaram isso como se a “constatação” fosse alguma novidade para quem vive o dia a dia das prisões.

Dentro dos presídios brasileiros, e pelo menos desde as últimas três décadas do século passado até hoje, quem manda são os presos. Não importa se estão agindo a mando de alguma facção criminosa ou tomando atitudes isoladas, os detentos construíram leis e códigos de honra próprios para sobreviver ao encarceramento e tentar manter algum tipo de sanidade enquanto cumprem suas penas.

Portanto, quando um novo levante nacional de presos começa a mostrar suas garras para todo o país, ouvir nossas autoridades dizerem que estão “assustadas” com o domínio do crime organizado sobre as forças de segurança é apenas mais um reflexo do descontrole que tomou conta do setor e que torna a população cada vez mais refém dos bandidos. ●